

UMA licença — na presidência do PMDB — seria providencial para livrar o deputado Ulysses Guimarães das pressões que os eleitos começam a fazer sobre ele. A reivindicação é o gatilho dos que se elegeram em grande maioria. Com tantos governadores e constituintes, o PMDB é maioria excessiva.

Acabou também a fase da simulação democrática. Um partido majoritário, nas proporções exageradas do PMDB, detentor da maioria absoluta e mais alguns votos, é ingovernável pelos métodos que consagraram o deputado Ulysses Guimarães quando a condição oposicionista lhe permitia administrar as frustrações e sacrifícios: cozinhou tudo em água morna.

Agora está a braços com as reivindicações e pressões de todos os lados. Os mineiros do PMDB querem, no mínimo, uma posição de destaque: ou a liderança da maioria ou o cargo de relator da futura Constituição. A maior bancada do PMDB é a de Minas: dos seus 35 membros, nada menos de 25 fecham a questão em torno de uma das duas posições. A vaga disponível resulta da pressão da mesma bancada, com a qual o deputado Pimenta da Veiga se incompatibilizou pelo apoio ao candidato do outro partido na sucessão mineira. É, portanto, questão moral e política fechada.

O deputado Ulysses Guimarães joga escondido em favor de uma solução que desloca de Minas a liderança da maioria na Constituinte, e reserva a Pimenta da Veiga

o convite oculto para ser o relator da Comissão Constitucional. Falta espaço para o presidente do PMDB manobrar como nos bons tempos de oposição. Era mais fácil compor frustrações do que atender às reivindicações. Mas não é apenas o estilo personalista. O preferido do presidente do PMDB afronta os brios da bancada mineira. Com razão: trata-se de um político cuja palavra tem peso variável com as circunstâncias. Pimenta da Veiga deixou de ser confiável no episódio das demissões imotivadas: comprometeu-se com os dois lados de uma questão excludente.

Ulysses Guimarães já começou a propor que a Câmara e o Senado fiquem congelados enquanto a Constituinte estiver trabalhando. Ora, este era o entendimento geral até que o presidente do PMDB se lançou candidato às presidências da Câmara e da Constituinte. Reconhece agora, como se fosse um achado jurídico (e não um ato de arrependimento tardio), que é um contrassenso: a Constituinte e o Congresso funcionarem paralelamente, pois se trata de um caso típico — como dizem os franceses — de instituições que "hurient de se trouver ensemble".

O deputado Ulysses Guimarães muda de instrumentos para conseguir montar na vida brasileira um clube *privé*, com todos os postos de importância confiados a seus protegidos. É a mudança que se propõe, reservando-se, naturalmente, a presidência do clube.

## Ágios do Mandato

O ágio já chegou ao Congresso: um novo representante, ainda com cheiro de erva, só consegue um apartamento para morar em Brasília se adiantar ao ocupante a importância de 50 mil cruzados. A quantia flui do bolso do que chega para o do que sai, por conta da indenização de um mês, pois o parlamentar que se retira é aquele que foi derrotado nas urnas. O apartamento não é dele, mas do próprio Congresso.

Em vez de moralizar costumes impregnados de mordomia e indiferença pela opinião pública, a representação política brasileira discute assunto de prioridade equivocada. É uma pena que a taxa de 65% de renovação parlamentar não sirva de lição política e não convença os congressistas a se purificarem dos vícios adquiridos durante o autoritarismo. A Câmara e o Senado precisam de um completo banho de democracia para que os cidadãos possam conviver com os que vão representá-lo na Constituinte, sem a suspeita de que possam ser vendidos pelas costas.

Seria melhor que essa moralização precedesse a atividade constituinte, pois foram raríssimos, desde 1964, os lances de dignidade política do Congresso. A partir de 68, a Câmara e o Senado cevaram-se na indiferença moral e nas vantagens da mordomia, que o autoritarismo autorizou. Na hora da reversão à democracia, o Congresso não quis ou não soube, porém, renunciar às escandalosas comodidades, e ficou sem autoridade política e moral para denunciar os excessos do Executivo.

Faz sentido a discussão sobre funcionamento conjunto ou separado do Congresso e da Constituinte? Há

uma ordem natural que condiciona politicamente tudo que vier a acontecer: a Constituinte é que vai dizer — e para isso é soberana — se admite o funcionamento paralelo do Congresso, e em que medida. A precedência da Constituinte sobre o Congresso é no tempo (instala-se dia primeiro) e na soma de poderes. Seus membros são os mesmos que comporão igualmente a Câmara e o Senado. Será um excelente teste para se saber se os brasileiros mais uma vez serão condenados a repetir, por reprovação, mais uma experiência democrática.

Ao desembarcar em Brasília, o representante que acabou de ser eleito passa por um choque pouco edificante: é recebido pelo artificialismo, por trás do qual se dissimulam privilégios que ofendem a cidadania e a democracia. Tem que gratificar a própria burocracia do Congresso para se acomodar e se tornar cúmplice desse comportamento coletivo. Recebe subsídios que são calculados por um padrão que não considera as necessidades comuns, e sim um privilégio que não constitui a razão do voto. Pois a democracia não se destina a enriquecer os representantes da sociedade.

A normalidade política não é o resultado de mordomias, comodidades, privilégios, vantagens, viagens, apartamentos e tudo que significa status em Brasília. Casa, comida e roupa lavada são a base de um regime representativo que se contenta com a dignidade. Trata-se de construir uma democracia que o autoritarismo arruinou moral e politicamente. O novo regime não conseguiu ainda, sequer, reconstruir os padrões elementares de respeito ao público.